



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

248
M

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NA
APELAÇÃO CÍVEL Nº 0321308-7**

EMBARGANTE:

EVANDRO AUGUSTO DO RÊGO COSTA

Advogado:

**Márcio André Oliveira Silva (OAB/PE 28.619) e
outros, conforme Regimento Interno do TJPE – Art.
66, III.**

EMBARGADO:

**ESPÓLIO DE EUNY REZENDE COSTA
representado por sua inventariante ISOLDA DE
FATIMA COSTA CAVALCANTI**

Advogado:

**Carlos Koch de Carvalho Neto (OAB/PE 13.238) e
outros, conforme Regimento Interno do TJPE – Art.
66, III.**

RELATOR:

DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

DATA DO JULGAMENTO: 18 DE JUNHO DE 2014

**EMENTA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO
AGRAVO REGIMENTAL NA APELAÇÃO
CÍVEL. OMISSÕES. INEXISTÊNCIA. REEXAME
DA MATÉRIA DISCUTIDA NO JULGADO.
IMPOSSIBILIDADE.**

1. Considerando que a fundamentação do aresto atacado se mostra clara, satisfatória e congruente, com o enfrentamento da questão suscitada pelo embargante, inexistente qualquer omissão a ser sanada.

2. Conforme expressamente consignado no Art. 535, I e II do CPC, os embargos declaratórios não tem a finalidade de revisar ou anular pronunciamentos judiciais, não se prestando ao reexame da matéria discutida, mas tão-somente sanar obscuridade, contradição ou omissão que possam alterar a substância do julgado.

3. Embargos de Declaração conhecidos, porém improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração no Agravo Regimental na Apelação Cível nº 0321308-7, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, na conformidade do voto do relator e do termo de julgamento que integram o presente aresto.

Recife, 18 de junho de 2014.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

249
A

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NA
APELAÇÃO CÍVEL Nº 0321308-7**

EMBARGANTE: EVANDRO AUGUSTO DO RÊGO COSTA FILHO
ADVOGADO: Márcio André Oliveira Silva (OAB/PE 28.619) e outros,
conforme Regimento Interno do TJPE – Art. 66, III.
EMBARGADO: ESPÓLIO DE EUNY REZENDE COSTA representado
por sua inventariante ISOLDA DE FÁTIMA COSTA
CAVALCANTI
ADVOGADO: Carlos Koch de Carvalho Neto (OAB/PE 13.238) e outros,
conforme Regimento Interno do TJPE – Art. 66, III.
RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

RELATÓRIO

Cuida-se de Embargos Declaratórios opostos por EVANDRO AUGUSTO DO RÊGO COSTA FILHO, em face do acórdão de fls. 218/218v, prolatado quando do julgamento do agravo regimental na apelação cível, sob o argumento de que há omissões a serem sanadas.

Nas razões de fls. 224/228, o embargante alega que o acórdão embargado é omissivo porque não observou a ordem da vocação hereditária sobre o imóvel, inclusive porque o cônjuge supérstite, detentor da metade do imóvel supostamente esbulhado, não figura no pólo ativo da presente lide, que foi ajuizada exclusivamente em nome do espólio.

Acrescenta, ainda, que não foi registrado, nas conclusões do julgado, que o ora embargante poderia compensar o valor de sua dívida dos alugueres com o valor de sua cota hereditária.

Pugna, ao final, para que sejam reconhecidas as omissões apontadas nos presentes embargos, com o seu consequente provimento.

Às fls. 239/241 contrarrazões pela rejeição dos embargos de declaração opostos pelo Sr. Evandro Augusto do Rêgo Costa Filho, com pedido de fixação de multa por litigância de má-fé, ante a caracterização da procrastinação do feito.

É o relatório.

Independente o feito de pauta, apresento-o à mesa para julgamento, na conformidade do Art. 85, d, do RITJ/PE.

Recife, 18 de junho de 2014.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

250
M

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0321308-7

EMBARGANTE: EVANDRO AUGUSTO DO RÊGO COSTA FILHO
ADVOGADO: Márcio André Oliveira Silva (OAB/PE 28.619) e outros,
conforme Regimento Interno do TJPE – Art. 66, III.
EMBARGADO: ESPÓLIO DE EUNY REZENDE COSTA representado
por sua inventariante ISOLDA DE FÁTIMA COSTA
CAVALCANTI
ADVOGADO: Carlos Koch de Carvalho Neto (OAB/PE 13.238) e outros,
conforme Regimento Interno do TJPE – Art. 66, III.
RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO DES. RELATOR

Como bem consignei no relatório, a parte embargante alega que o acórdão embargado encontra-se omissos porque não observou a ordem da vocação hereditária sobre o imóvel, bem como por não deixar registrado, nas conclusões do julgado, que pode haver, por parte do ora embargante, a compensação da dívida dos alugueres com o valor de cota hereditária.

Cuido, entretanto, não merecer guarida a referida alegação. Isso porque, diferentemente do que quer fazer crer a parte embargante, não há desobediência da vocação hereditária, uma vez que a demanda posta em análise foi ajuizada não pela herdeira, mas sim pelo Espólio de Euny Rezende Costa, devidamente representado por sua inventariante.

Ademais, as matérias, perante as quais o embargante invocou as omissões, foram claramente abordadas quando do julgamento do agravo regimental, consoante se verifica às fls. 196/215v.

Ainda que, de forma diversa, a matéria trazida a cotejo não tivesse sido fartamente analisada no julgado, a jurisprudência dos nossos tribunais já é consolidada no sentido de que **não é obrigatória a apreciação exaustiva de todos os argumentos levantados pela parte**, bastando que o julgador enfrente a questão principal e suficiente à solução do litígio.

Percebe-se, pois, que a parte embargante utiliza-se dos embargos de declaração para expor o inconformismo com o acórdão embargado e tentar modificar o *decisum* através da atribuição dos efeitos infringentes e consequente revisão do julgado, hipótese inconcebível na estreita via dos aclaratórios, a teor do que dispõe o Art. 535, I e II do Código de Processo Civil.

Por fim, deixo de reconhecer a litigância de má-fé suscitada pela parte embargada quando da apresentação das contrarrazões, por não vislumbrar, pelo menos neste momento, a má-fé do embargante. Mas, aproveito a oportunidade para advertê-lo




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

da possibilidade de incidência do parágrafo único do Art. 538 do CPC, em caso de nova interposição de aclaratórios com o intuito de revisar o julgado.

Ante o exposto, conheço dos presentes embargos, porém **NEGO PROVIMENTO** ao recurso de EVANDRO AUGUSTO DO RÊGO COSTA FILHO, para manter íntegro o *decisum* atacado.

É como voto.

Recife, 18 de junho de 2014.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator